



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

21/04/2016 ATÉ 21/04/2016



INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 SITE CNJ.....	2
	2.2 SITE JUSBRASIL.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DO NETO FERREIRA	4
	3.2 G1.....	5
4	PROCESSO SELETIVO	
	4.1 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	6
	4.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	7

Empresa que pagava de forma ilícita 2% de ICMS tem benefício cancelado pelo Tribunal

21/04/2016 12:10:33

A Companhia de Distribuição Araguaia (CDA), segunda maior empresa de beneficiamento e distribuição de arroz do Brasil, impetrou um mandado de segurança, com pedido de liminar, após o secretário de Estado da Fazenda do Estado do Maranhão, Marcellus Ribeiro Alves, cancelar benefícios da empresa, que é responsável pelo Arroz Tio Jorge.

A empresa, que tem sede em Goiás, alegou que perdeu os benefícios tributários adquiridos na gestão do ex-secretário da Fazenda, Cláudio Trinchão, que outorgou à CDA o regime especial de tributação, a título de incentivo ao incremento das suas operações no Estado do Maranhão. As isenções foram conferidas, originalmente, pelo regime especial a título gratuito e por prazo indeterminado

Dentre as regalias, constavam: a isenção do ICMS incidente sobre aquisições internas e nas importações de mercadorias; isenção parcial do ICMS sobre vendas internas e interestaduais, mediante concessão de créditos presumidos; isenção de ICMS sobre as transferências de mercadorias entre filiais; e isenção de ICMS sobre os serviços de transporte utilizado nas vendas de suas mercadoria.

No atual governo, foram cortadas as vantagens extravagantes, por meio da Portaria, nº 388/2015. Indignada, a empresa recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão, requerendo a concessão de liminar, a fim de suspender os efeitos da Portaria. No entanto, o desembargador relator do processo, negou provimento ao agravo regimental.

A decisão do desembargador Marcelo Carvalho foi com base em documentos protocolados pela Procuradoria do Estado da qual detalhou valores de contribuições efetuados pela empresa, que deveria pagar 17% de imposto, mas era beneficiada com pagamento de apenas 1 ou 2%.

A corte argumentou que as concessões conferidas, pelo então Secretário Estadual de Fazenda, não têm alicerce em legislação específica, o que as torna nulas de pleno direito.

A medida do ex-secretário do governo Roseana Sarney infringiu o artigo 155, § 2.º, XII, "g" da Constituição Federal, que expõe sobre regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Deputado Wellington volta a defender servidores do Judiciário e aprovados no concurso do TJ/MA

20/04/2016 21:17:44

O deputado estadual Wellington do Curso (PP) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão, na manhã de hoje (19), para posicionar-se em defesa dos servidores do Judiciário e dos aprovados no concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Durante o pronunciamento, o deputado Wellington, que se destacou ao posicionar-se contra a retirada de 21,7% dos salários dos servidores do Estado, reafirmou o seu compromisso em defesa dos servidores públicos e dos aprovados no Concurso do TJ/MA.

"Desde o início de nosso mandato, temos nos posicionado em defesa dos servidores públicos de nosso Estado, dentre eles os professores, os aprovados nos concursos públicos da Polícia Militar, da Polícia Civil e, ainda, do Tribunal de Justiça do Maranhão. Quanto aos servidores do TJ, não poderíamos nos omitir de defender os que, diariamente, prestam serviços em defesa da concretização da Justiça", afirmou.

O pronunciamento do parlamentar tem por fundamento reivindicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS), que vai ao encontro de audiência que foi realizada pelo parlamentar em 2015.

"No ano passado, realizamos audiência que discutiu sobre a convocação dos aprovados no concurso do TJ. Na manhã de hoje, fomos informados de que o SINDJUS irá protocolar amanhã um pedido objetivando a suspensão do prazo de validade do concurso de servidores do TJ e, ainda, a nomeação de futuros excedentes dos cargos efetivos atualmente vagos. Além disso, os servidores públicos também questionam sobre a omissão do Conselho Nacional de Justiça, já que até o presente momento não se pronunciou sobre o processo. Não estamos querendo polemizar situação alguma e tampouco contrariar o Tribunal de Justiça, mas nos colocamos à disposição para intermediar e, assim, atendermos os anseios dos nossos servidores que tanto fazem pela sociedade", destacou o parlamentar.

Justiça determina acessibilidade em escolas da rede estadual em São Luís

Estado terá 180 dias para mostrar cronograma de adaptação das escolas.
Caso de descumprimento acarretará em multa diária de R\$ 1 mil.

A Justiça do Maranhão condenou o Estado a adaptar todas as unidades de ensino da rede estadual em São Luís obedecendo às exigências da Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Segundo a determinação, o Estado terá o prazo de 180 dias para apresentar o cronograma de adaptação das escolas, sob pena de incidência de multa diária no valor de R\$ 1 mil, por unidade de ensino não adaptada, ao final dos dois anos, ou por dia de atraso, na entrega do cronograma estipulado. O valor decorrente do descumprimento deve ser destinado ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

A decisão judicial foi baseada na Ação Civil Pública (ACP) solicitada pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) que tem como intuito primordial assegurar às crianças e jovens o direito fundamental de acesso à educação.

A ACP foi formulada no ano de 2001 e na época a maioria das escolas da rede pública estadual na capital não se encontravam adaptadas para receber pessoas com deficiência. Somente 25 das 149 escolas se declararam adaptadas.

Fórum em Timon, no Maranhão, instala esteira detectora de metais

O Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves recebeu, na última semana, uma esteira detectora de metais. O equipamento foi instalado com a presença dos juízes da Comarca de Timon e do chefe da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), capitão Renan. A Divisão de Inteligência é ligada à Diretoria de Segurança do tribunal. O equipamento de segurança foi instalado na entrada do prédio. De acordo com a diretoria do fórum, a esteira proporcionará uma segurança maior a magistrados, servidores e jurisdicionados que diariamente frequentam o prédio. Até o final deste mês, serão instaladas as portas detectoras de metal, que irão substituir os detectores manuais.

Sobre essas medidas de segurança, o juiz Francisco Soares Júnior, diretor em exercício do fórum, realizou reunião com os juízes da Comarca de Timon, com a participação do capitão Renan e do advogado Francisco Einsten, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), regional de Timon. Foram apresentadas todas as novas ações que serão implantadas a gradativamente em todas na área da segurança.

“Em cumprimento às resoluções já editadas, todos os frequentadores do fórum aqui de Timon obrigatoriamente passarão pela verificação dos detectores, devendo aqueles que possuem porte de arma e não estejam em serviço acautelarem suas armas ao serviço de segurança durante a permanência nas dependências do prédio”, explicou Francisco Soares Júnior.

Fórum em Timon, no Maranhão, instala esteira detectora de metais

O Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves recebeu, na última semana, uma esteira detectora de metais. O equipamento foi instalado com a presença dos juízes da Comarca de Timon e do chefe da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), capitão Renan. A Divisão de Inteligência é ligada à Diretoria de Segurança do tribunal. O equipamento de segurança foi instalado na entrada do prédio. De acordo com a diretoria do fórum, a esteira proporcionará uma segurança maior a magistrados, servidores e jurisdicionados que diariamente frequentam o prédio. Até o final deste mês, serão instaladas as portas detectoras de metal, que irão substituir os detectores manuais.

Sobre essas medidas de segurança, o juiz Francisco Soares Júnior, diretor em exercício do fórum, realizou reunião com os juízes da Comarca de Timon, com a participação do capitão Renan e do advogado Francisco Einsten, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), regional de Timon. Foram apresentadas todas as novas ações que serão implantadas a gradativamente em todas na área da segurança.

“Em cumprimento às resoluções já editadas, todos os frequentadores do fórum aqui de Timon obrigatoriamente passarão pela verificação dos detectores, devendo aqueles que possuem porte de arma e não estejam em serviço acautelarem suas armas ao serviço de segurança durante a permanência nas dependências do prédio”, explicou Francisco Soares Júnior.

Wellington defende servidores do Judiciário e aprovados no concurso do TJ/MA

O deputado Wellington do Curso (PP) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão, na manhã desta terça-feira (19), para posicionar-se em defesa dos servidores do Judiciário e dos aprovados no concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Durante o pronunciamento, o deputado Wellington, que se destacou ao posicionar-se contra a retirada de 21,7% dos salários do funcionalismo do Estado, reafirmou o seu compromisso em defesa dos servidores públicos e dos aprovados no Concurso do TJ/MA.

"Desde o início de nosso mandato, temos nos posicionado em defesa dos servidores públicos de nosso Estado, dentre eles os professores, os aprovados nos concursos públicos da Polícia Militar, da Polícia Civil e, ainda, do Tribunal de Justiça do Maranhão. Quanto aos servidores do TJ, não poderíamos nos omitir de defender os que, diariamente, prestam serviços em defesa da concretização da Justiça", afirmou.

O pronunciamento do parlamentar tem por fundamento reivindicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS), que vai ao encontro de audiência que foi realizada pelo parlamentar em 2015.

"No ano passado, realizamos audiência que discutiu sobre a convocação dos aprovados no concurso do TJ. Na manhã de hoje, fomos informados de que o SINDJUS irá protocolar amanhã um pedido objetivando a suspensão do prazo de validade do concurso de servidores do TJ e, ainda, a nomeação de futuros excedentes dos cargos efetivos atualmente vagos. Além disso, os servidores públicos também questionam sobre a omissão do Conselho Nacional de Justiça, já que até o presente momento não se pronunciou sobre o processo. Não estamos querendo polemizar situação alguma e tampouco contrariar o Tribunal de Justiça, mas nos colocamos à disposição para intermediar e, assim, atendermos os anseios dos nossos servidores que tanto fazem pela sociedade", destacou o parlamentar.

Davinópolis realizará 2º "Casamento Comunitário"

21/04/2016 15:00:07

Davinópolis - O período de inscrições para o 2º "Casamento Comunitário" será aberto na próxima segunda-feira (25), no horário das 8h às 14h, na Secretaria Municipal de Assistência Social (Sedes), localizada na rua Gonçalves Dias, no Centro, em Davinópolis.

De acordo com a secretária Marinalva Barbosa (Sedes), a cerimônia deverá beneficiar nesta segunda etapa 150 casais que desejam regularizar o estado civil. O evento será promovido em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e o município de Davinópolis.

"Esse projeto social é de grande relevância ao oportunizar ao casal que formalize sua união, pois contemplará casais hipossuficientes que já vivem maritalmente", disse ela, ao lembrar que a cerimônia será realizada no dia 9 de junho deste ano.

Para ela, a iniciativa simboliza a proteção da família, a ampliação dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários do casal. Todos os preparativos começaram a ser ultimados pelos servidores com objetivo de receber os casais que desejam realizar inscrição a partir de segunda-feira (25) para a cerimônia do 2º "Casamento Comunitário de Davinópolis".

Marinalva Barbosa assinala que semelhante a primeira edição, realizada no auditório das irmãs Teresianas, da igreja Santo Antônio de Pádua, no bairro Santo Antônio, "essa será coroada de êxito ao beneficiar os casais que não conseguiram vagas no primeiro 'Casamento Comunitário'".

Foto: Gil Carvalho

POSTLINK%%